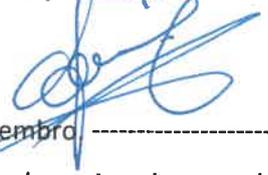


com voto de Assembleia Municipal
de 26.6.18

Menos de um
2 (dois) abstenções.



**ATA Nº 11 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PEDRÓGÃO GRANDE
Mandato 2017/2021**

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de dezembro -----

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, (sexta-feira), pelas quinze horas e dez minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um - **Período Antes da Ordem do Dia.**-----

Ponto um ponto ponto um - **Aprovação das Atas das reuniões anteriores.**-----

Ponto um ponto dois - **Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente.**-----

Ponto um ponto três - **Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.**-----

Ponto dois - **Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Municipal.**-----

Ponto três - **Propostas da Autarquia.**-----

Ponto três ponto um - **Informação Semestral do Auditor Externo sobre a Situação Financeira do Município.**-----

Ponto três ponto dois - **Apreciação e votação da Derrama a vigorar em 2019.**-----

Ponto três ponto três - **Apreciação e votação de proposta de fixação de percentagem na participação variável no IRS.**-----

Ponto três ponto quatro - **Apreciação e votação do I.M.I. (Imposto Municipal Sobre Imóveis) a vigorar em 2019.**-----

Ponto três ponto cinco - **Apreciação e Aprovação e votação T.M.D.P. (Taxa Municipal de Direitos de Passagem).**-----

Ponto três ponto seis - **Apreciação e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2019 e Mapa de Pessoal para 2019.**-----

Ponto três ponto sete - **Proposta e votação de Regulamento Municipal do Mecanismo de Apoio à Reconstrução das Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017.**-----

Ponto três ponto oito - **Proposta de deliberação da criação de um Sistema Intermunicipal de Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Urbanos.**-----

Ponto quatro - **Período Destinado à Intervenção do Público.**-----



O Presidente da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, ordenou que se procedesse à assinatura do Livro de Ponto, verificando-se as presenças dos seguintes Deputados Municipais: -----
António Tomás Correia; Fernando Manuel Fernandes Antunes; Joaquim Augusto Torres Simões Palheira; António Manuel Fernandes Carvalho (em substituição de Luís Filipe Henrique Antunes); Carlos Manuel Simões Dias José; José Carlos Guia dos Santos (em substituição de Ivo Fernando Pais Pereira); Nélia Maria Henriques Alves; Luis Miguel Pereira Crespo (em substituição de Telmo Alexandre Ferreira dos Santos Gomes Alves); Joaquim Coelho Baeta Graça; Luís Manuel Piedade David; Rui Miguel Morgado Capitão; José Jesus Seco da Cruz (em substituição de Paula Rita Paiva de Carvalho); Luís Paulo Pereira Fernandes; Ricardo Dionísio Antunes Mata Pereira (em substituição de Magda Sofia Alves David). Estiveram presentes os Presidentes de Freguesia Graça, Pedro Manuel da Silva Pereira; António Joaquim Marques Simões (em substituição de Carlos Fernandes do Jogo, Presidente da Freguesia de Pedrógão Grande); Presidente da Freguesa de Vila Facaia, José António Dinis Henriques. -----

A Câmara Municipal esteve representada pela Vice-presidente Maria Margarida David Lopes Guedes e pelos vereadores Nelson David Fernandes, Carlos Manuel dos Santos David (em substituição do vereador João Manuel Gomes Marques) e pelo vereador Raúl José Piedade Baptista Garcia. O Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande não compareceu por motivos devidamente justificados.-----

Confirmada a existência de quórum o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão ficando assim a Mesa da Assembleia Municipal constituída pelo Primeiro Secretário, Fernando Manuel Fernandes Antunes e pelo Segundo Secretário Joaquim Augusto Torres Simões Palheira.-----

O Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sessão cumprimentando os deputados, o público, a Vice-presidente e os Vereadores endereçando aos presentes votos de Boas Festas. Refere que irá ser um dia intenso pois a Ordem de Trabalhos é bastante extensa e uma vez que hoje também ocorre o jantar de Natal da Câmara Municipal pede que e sem prejuízo dos esclarecimentos necessários, haja uma boa gestão do tempo, por parte de todos.-----

Ponto um ponto ponto um - **Aprovação das Atas das reuniões anteriores.**-----

Foram lidas e colocadas, pelo Presidente da Assembleia Municipal, a votação as Atas Nº09 e Nº10 para apreciação e votação. -----

A Ata Nº09 foi aprovada por unanimidade. -----

A Ata Nº10 foi aprovada por unanimidade.-----



Ponto um ponto dois - **Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura resumida da correspondência colocando os documentos à disposição para consulta.-----

Ponto um ponto três - **Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal após a inscrições tomaram a palavra:-----

O Deputado Luis Fernandes interveio cumprimentando os presentes e desejando a todos Votos de Boas Festas. Inicia a sua intervenção solicitando à Vice-presidente dentro do que lhe é possível o esclarecimento acerca dos motivos da ausência do Presidente da Câmara Municipal. Pede esclarecimentos sobre a ALE (Área de Localização Empresarial) de Pedrógão Grande, sobre a partida dos militares e sobre a paragem das obras. Qual a situação atual relativamente a essa matéria? Foram criadas expetativas aos pedroguenses e aos empresários. Questiona também o executivo sobre as notícias veiculadas pela comunicação social sobre os Incêndios de 2017.-----

O Deputado Rui Capitão interveio cumprimentando os presentes e desejando a todos Votos de Boas Festas. Iniciou a sua intervenção parabenizando o executivo pela iniciativa do evento “Pedrógão Grande Natal “. Faz referência às notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social e sobre as dúvidas que foram lançadas e lamenta, dirigindo-se à Vice-presidente que esta, como o “rosto” da atual polémica e como Vice-presidente é a representante do Município. Como tal julga que há necessidade de promover um confronto de modo a esclarecer junto de todos o que realmente está a acontecer. Que sendo a Srª Vice-presidente o rosto do município não devia a mesma virar costas aos jornalistas que é tão grave um jornalista andar atrás da Srª Vice-Presidente, como a Srª. Vice-Presidente não dar devidamente a cara, devendo aquela receber os jornalistas na CMPG, respondendo, negando, ou dar os esclarecimentos que entenda na qualidade de Vice-Presidente sobre os factos porque é a imagem do concelho que está em causa. Afirma que desde 13 de junho de 2018, portanto há seis meses, que aguarda resposta às questões colocadas à Mesa e ao Executivo. Pede esclarecimentos sobre o porquê e reforça o pedido pois mais do que nunca julga que se devem esclarecer as pessoas sobre estes assuntos. Questiona a Vice-presidente sobre o Parque de Campismo e sobre qual a situação já que teve notícia de que o mesmo ia encerrar. Questiona também acerca da concessão do Restaurante “Lago Verde” e qual a situação atual da mesma pois considera que são investimentos no âmbito turístico e valências muito importantes para a



economia do concelho e daí a sua preocupação pois segundo diz há lacunas graves sobretudo ao nível do alojamento. Questionou também sobre a situação atual do Centro de Dia de Vila Facaia.-----

O Deputado Luis David interveio cumprimentando os presentes e desejando a todos Votos de Boas Festas. Iniciou a sua intervenção questionando acerca do assunto do Parque de Campismo de Pedrógão Grande e sobre o restaurante “Lago Verde” e o suposto encerramento de que teve conhecimento. Refere também que ouviu falar no possível encerramento da Praia Fluvial do Mosteiro, em parte pela dificuldade na contratação de um cozinheiro. Considera que são espaços muito válidos e que se apresenta uma situação preocupante com estas notícias. Fez referência às medidas tomadas na prevenção e segurança rodoviária e à preocupação manifestada através das intervenções levadas a cabo pela Câmara Municipal junto das pontes do concelho de Pedrógão Grande. Refere-se à estrada M350 e à sua preocupação no que respeita, ao pós corte das árvores queimadas que também representavam um perigo mas agora questiona como se vai evitar o problema de possíveis deslizamentos, sem proteção.-----

Questionou o executivo sobre a situação da ALE (Área de Localização Empresarial) de Pedrógão Grande.- Considera mais uma vez uma situação lamentável a continuação de notícias sobre Pedrógão Grande e os Incêndios de 2017 e, sem pretender alongar-se afirma “Não tenho vergonha de ser Pedroguense”. Acredita na justiça e que a mesma está a correr os seus trâmites. Lamentou as palavras do Deputado Luis Paulo numa entrevista em que afirmou desconhecer o estado de saúde do Presidente da Câmara Municipal quando tal, não é verdade, foi dado conhecimento dessa situação em Assembleia Municipal, lamentou ainda que o Deputado se tenha usado de uma entrevista televisiva para se auto vangloriar, alegando desconhecimento, deixando mais uma vez Pedrógão Grande com uma imagem negativa.----- Parabenizou o executivo pelo evento “Pedrógão Grande Natal”. Tudo está muito bem organizado e embelezou-se a Vila, nomeadamente a Devesa.-----

O Deputado Rui Capitão intervém usando a prerrogativa em defesa da honra da Bancada do PSD (Partido Social Democrata) referindo que o Deputado Luis Paulo não recebeu nenhum mandato da Bancada para a sua representação. Referiu que o mesmo agiu de forma independente, vincando o fato de o Deputado Luis Paulo não ter recebido nenhum mandato da Bancada do PSD (Partido Social Democrata) para a sua representação.-----

O Deputado Luis Fernandes pediu para intervir em defesa da sua honra, afirmando que as suas ações são suas e ficam consigo. Disse ser falso que o tenha feito em nome da Bancada do PSD (Partido Social



Democrata) e afirmou que não se ter vangloriado de nada. Disse que foi convidado e que aceitou com honra e orgulho o convite e que “falou o que falou”. Afirmou que não admite que digam que faz parte do “compadrio”. É Deputado Municipal com honra. Foi defender a honra do bom nome dos Pedroguenses que sente, não têm voz. É livre na sua expressão e, afirma não anda à procura de protagonismo. Lamentou que tenham qualificado as suas palavras de “baixeza”.-----

“O Presidente da Assembleia Municipal afirmou que não se revê no seu estilo.-----

A Deputada Nélia Alves pediu desculpa ao Presidente da Mesa e aos presentes pelo seu atraso. Iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e desejando a todos Votos de Boas Festas. Questionou o executivo sobre para quando está prevista a reabertura do Centro de Saúde de Pedrógão Grande.-----

Referiu-se às intervenções no Quartel da GNR (Guarda Nacional Republicana) e qual o ponto de situação sobre um projeto que existiria e até à data, não obteve resposta. Continuou afirmando que a preocupa, de modo genérico, o estado atual de coisas que se vive em Pedrógão Grande. Sente-se um mal-estar latente. As reportagens televisivas têm sido um “lavar de roupa suja” depois deste estado de coisas e da imagem negativa há que passar uma imagem de tudo o que temos de positivo, o que temos de bom, como as gentes da nossa terra, o potencial a nível turístico e os produtos locais. Além dos fatos positivos apresentados, afirma que não vê nada a acontecer. Tem conhecimento sim, do encerramento de restaurantes e do Parque de Campismo. Questionou sobre o procedimento concursal para a regularização extraordinária de vínculos precários, nomeadamente sobre o tempo que duraram as entrevistas, bem como a publicação, no mesmo dia das notas atribuídas. Teve conhecimento de fatos que considera terem sido dúbios no concurso dos candidatos aos lugares. Julga que este concurso “interno” não foi a melhor opção. Teria sido de fato mais justo um concurso público.-----

A Vice-presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa e os presentes.-----

Afirma que a clareza e a transparência sempre acompanharam os seus atos durante a sua vida. Dirigindo-se à Deputada Nélia Alves afirmou que este concurso é uma modalidade legal e que foi executado em muitas outras entidades e câmaras a nível nacional. Todos tiveram a possibilidade de concorrer a todas as opções apresentadas e todos os interessados tiveram a oportunidade de exercer o seu direito a reclamação. Todos tiveram a informação adequada para concorrerem e foram, naturalmente, esclarecidos. A publicação das listas foi feita corretamente e com todas as informações exigidas. A data da classificação foi a que foi atribuída no dia, das entrevistas e foi decisão do júri. Não houve qualquer interferência do executivo no procedimento concursal nem sequer qualquer negligência. Não houve



nem falsa informação, nem falta de informação que tivesse sido solicitada. Afirmou ter sido um concurso transparente e cumpridor de todas as formalidades legais, tendo permitido a muitas famílias ver o seu direito ao trabalho concretizado legalmente.-----

O estado em que o concelho de Pedrógão Grande se encontra, arrasta-se há muito tempo. A questão da falta de investimento privado não diz respeito à autarquia. Efetivamente há necessidade dum esforço conjunto de modo a fomentar medidas para desenvolver o concelho no âmbito turístico e não só.-----

Sendo um facto que a imagem de Pedrógão Grande tem sido prejudicada com os últimos acontecimentos através da má exposição mediática na comunicação social, têm-se batalhado com rigor pelos interesse do Município, de uma forma positiva, procurando defender os interesses dos pedroguenses.-----

Relativamente ao *site* do Município afirma que este não corresponde ao desejado, no entanto já está a ser desenvolvido um novo *site* com todas as funcionalidades e atualizações devidas.-----

Relativamente ao Quartel da GNR antes de o Presidente da Câmara estar de baixa teve uma reunião com a Secretária de Estado da Justiça e ficou registado, por escrito a manifesta vontade de avançar com a remodelação do Quartel, aguardando-se uma resposta.-----

Relativamente ao Centro de Saúde de Pedrógão Grande será reaberto logo que a parte elétrica e informática esteja completa, aguardando-se resposta da ARS-Centro.-----

A Vice-presidente dirigiu-se ao Deputado Luis David e ao Deputado Rui Capitão esclarecendo que relativamente ao Parque de Campismo de Pedrógão Grande a Eventur, empresa concessionária, colocou à autarquia a intenção de rescisão da concessão, concedida por quinze anos, pelo que este assunto irá ser presente à Reunião de Câmara de dia, 27 de dezembro de 2018 e, após consulta jurídica, serão apreciados os procedimentos a adotar. Caso haja rescisão será naturalmente encontrada uma solução, que passará por novo concurso para concessão do , provavelmente, pois trata-se de um equipamento muito importante na cadeia turística local.-----

Relativamente ao restaurante “Lago Verde” não comenta especulações e suposições pois não tem conhecimento sobre a matéria e todo o processo de arrendamento encontra-se dentro do prazo de validade, sendo até prejudicial ao explorador do restaurante qualquer questão sobre a matéria. Acerca da Praia Fluvial do Mosteiro está a par da preocupação do proprietário manter o bom funcionamento do espaço e, portanto, não prevê que o mesmo tenha intenção de terminar a concessão. Sabe que têm



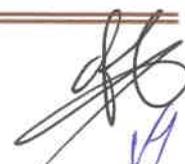
tido dificuldades na contratação de um(a) cozinheiro(a) e espera que se consiga brevemente recrutar alguém.-----

Relativamente à Segurança Rodoviária entendeu o executivo proceder a uma vistoria aos equipamentos municipais nomeadamente às pontes do concelho e dessa vistoria apurou-se que a Ponte do Mosteiro e do Gravito necessitavam de intervenção. A nível de limpeza, estão a ser intervencionadas as pontes de Mega e da Horta. Sobre a EM350 a mesma faz parte de uma empreitada que tem prevista a colocação de "rails" de proteção.-----

Dirigindo-se ao Deputado Rui Capitão, agradece o reconhecimento e os parabéns e refere que houve um esforço concertado para que o evento "Pedrógão Grande Natal" fosse bem sucedido. Relativamente ao assunto da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, refere que as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal se disponibilizaram para apoiar a Santa Casa da Misericórdia nas suas valências, sobretudo no que respeita aos Centros de Dia.-----

Relativamente à ALE (Área de Localização Empresarial) de Pedrógão Grande informa que não se vai perder nenhum financiamento. O Executivo decidiu terminar o acordo existente com o Exército e, entretanto, foi lançado um concurso para valorização do espaço com a continuação das terraplanagens. Há também um concurso público tendo como prazo de conclusão setembro de 2019 para assim se aceder ao financiamento.-----

Quanto às questões colocadas e sem resposta não se pode pronunciar pois não tem as matérias em seu poder, encontram-se na posse do Presidente da Câmara Municipal que, entretanto, se encontra de baixa até ao próximo dia, 28 de dezembro. Responde ao Deputado Rui Capitão dizendo-lhe que os documentos assinados pelo Presidente da Câmara (internos/externos) que referiu só podem ser anteriores à sua ausência já que desde que está de baixa médica esses mesmos documentos são assinados somente por ela, enquanto Vice-presidente e no uso das suas competências. Quanto à última reportagem emitida pela TVI da autoria da jornalista Ana Leal, afirma que não fugiu a nenhuma resposta simplesmente escolheu não responder, pois anteriormente as suas palavras não foram bem conduzidas. Diz que a referida repórter esteve um dia inteiro à porta da sua casa e andou em sua perseguição. Afirma que não respondeu porque não pretende alimentar especulações e se tiver de responder a qualquer questão a justiça fará o seu papel. Reafirma a sua honestidade perante o serviço público e para com o serviço público. Considera falta de ética e até amoral tudo o que tem sido proferido sobre a sua pessoa. Diz-se triste enquanto pedroguense e como autarca sente-se injustiçada pelas acusações feitas.




Tranquilizou os presentes dizendo que não se colocou em nenhuma situação que a envergonhe a si ou ao concelho.-----

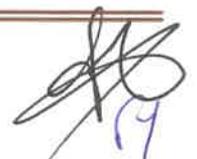
Respondendo ao Deputado Luis Paulo diz que não tem conhecimento de casos novos, nem de casos velhos e que quem estava no período polémico anteriormente era um vereador do PSD. Esteve presente aquando da entrega de algumas casas sim, mas porque foi convidada e outras enquanto autarca e faz questão de estar sempre presente em ações que promovam o bom nome do concelho de Pedrógão Grande.-----

Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia da Graça lamenta que a Escola da Graça tenha perdido alunos. No que respeita ao Centro de Saúde e ao Centro de Dia deseja que se mantenham em bom funcionamento naquela freguesia e tudo fará por essa questão. Relativamente à transferência de competências da Administração Central para a Administração Local responde que as mesmas competem à Assembleia Municipal e por isso será feita uma Assembleia Extraordinária em janeiro de 2019.-----

O Deputado Luis Fernandes pediu o uso da palavra que lhe foi concedido para agradecer à Vice-presidente a forma cordial e esclarecedora como se dirigiu aos presentes. Continuou dizendo que os requerimentos apresentados são para responder, sendo uma falha que tem de ser corrigida. Afirmou que para limpar o bom nome de Pedrógão Grande é necessário um bom acompanhamento. A oposição apresentou requerimentos que não são respondidos há mais de seis meses o que não está correto.-----

O Deputado Rui Capitão diz que quanto à questão da entrevista, não foi colocada em causa a sua idoneidade pessoal da Vice-presidente. Refere-se sim à sua situação enquanto representante autárquica e enquanto Vice-presidente por não ter prestado esclarecimentos. Questionou sobre a data de cessação da concessão do Lago Verde, apontando uma sugestão que considera válida, o aproveitamento da concessão do restaurante Lago Verde e do Parque de Campismo de modo a rentabilizar estes dois equipamentos, entendendo que mais do que tudo é necessário antecipar estes problemas e encontrar soluções. Considerou positiva a evolução da situação da ALE de Pedrógão Grande.-----

A Vice-presidente informou que o restaurante Lago Verde tem uma concessão por vinte e seis anos e só em 2020 acaba a mesma. Sobre o Parque de Campismo só procurou esclarecer os presentes. É um direito da empresa Eventur solicitar a rescisão. Quanto às decisões, são legitimadas apenas pelo órgão executivo.-----



Ponto dois - **Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Municipal.**-----

A **Vice-presidente** de seguida apresentou as obras e executadas no período em causa.-----

O **Presidente da Junta de Freguesia da Graça**, Pedro Pereira questionou sobre a limpeza das bermas na EM 350 e diz que houve um quilómetro que ficou por limpar na zona do limite do concelho (Poço Negro).

A **Vice-presidente** diz que vai resolver o assunto.-----

Ponto três - **Propostas da Autarquia.** -----

Ponto três ponto um - **Informação Semestral do Auditor Externo sobre a Situação Financeira do Município.**-----

O **Deputado Rui Capitão** considera que há ressalvas a fazer ao presente relatório.-----

A **Deputada Nélia Alves** reconheceu o empenho do executivo, mas encontra alguns problemas latentes no relatório, lacunas. Referiu que se mantêm problemas e afirmou que as conclusões não são as mais positivas. Fez um apelo à correção das mesmas sobretudo no que respeita ao imobilizado. Referiu-se à questão da transparência e sobretudo de como é importante regularizar situações tais como as que respeitam ao imobilizado que é um assunto recorrente.-----

A **Vice-presidente** refere que efetivamente o assunto respeitante ao imobilizado é um problema antigo e que embora se apresente como um trabalho minucioso e moroso o mesmo está a ser iniciado e que é efetivamente uma tarefa hercúlea.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** refere que este ponto é somente de caráter informativo pelo que não haverá, naturalmente lugar a votação.-----

Ponto três ponto dois - **Apreciação e votação da Derrama a vigorar em 2019.**-----

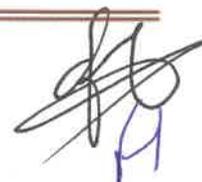
A **Vice-presidente** apresentou a proposta sobre a Derrama explicando os pressupostos da mesma.-----

Não havendo questões a colocar o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado com uma abstenção.-----

Ponto três ponto três - **Apreciação e votação de proposta de fixação de percentagem na participação variável no IRS.**-----

A **Vice-presidente Maria Guedes** apresentou a presente proposta explicando os pressupostos da mesma e respondendo a algumas dúvidas colocadas, nomeadamente pelo **Deputado Rui Capitão** e para tal contou com o apoio técnico do **Dr. Rui Patrício** e da **Dra. Sandra Martins.**-----

Esclarecidas as dúvidas e não havendo mais questões a colocar, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado com uma abstenção.-----



Ponto três ponto quatro - **Apreciação e votação do I.M.I. (Imposto Municipal Sobre Imóveis) a vigorar em 2019.**-----

O Deputado Luis Fernandes afirmou que olhando para esta proposta está perante os mesmos impostos sobre imóveis e já anteriormente tinha apresentado propostas, que estão em ata, sobre isenções.-----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Deputado se deve cingir ao assunto em debate ou que então faça a sua proposta.-----

O Deputado Luis Fernandes perguntou quais foram as respostas da Administração Central às suas questões, propostas na altura sobre este assunto mostrando-se insatisfeito com as respostas.-----

O Deputado Rui Capitão referiu que há nove anos que anda a falar da majoração a ser atribuída aos prédios devolutos. Não entende o porquê da não alteração a esta questão. Julga que a não reconstrução deveria ser penalizada para permitir a quem quer investir fazê-lo rapidamente. Julga urgente definir esta questão pois deveriam penalizar-se, através da majoração, os proprietários que não fazem obras, nem permitem o arrendamento. Finaliza que caso a sua ideia tivesse sido acolhida já há anos hoje nunca se passaria pela problemática das reconstruções de habitações onde permanece a dúvida se eram de habitação ou de estavam devolutas quando arderam.-----

O Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se à Vice-presidente referindo que se deveria tomar registo da proposta do Deputado Rui Capitão para futura análise, ao que a mesma anuiu.-----

O Deputado Luis Paulo apresentou a sua proposta junto da Mesa, por escrito que ficará registada em Ata: “Declaração de Voto contra o 3.4 das propostas da autarquia da Assembleia Pública Ordinária de 21 de dezembro de 20018.-----

Eu Luis Paulo Pereira Fernandes declaro votar contra a proposta do executivo para o IMI e porque não concordo que os cidadãos que ficaram sem as suas casas e que ainda não foram construídas paguem impostos até que não sejam repostas no seu valor primário.-----

De igual modo devia ser nomeada uma Comissão para que o valor patrimonial dos prédios intervencionados fosse exatamente o mesmo que pagavam antes da perda pois o proprietários não têm culpa da perda.-----

Luis Paulo Pereira Fernandes-----

21/12.2018”-----

Não havendo mais questões a colocar o Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado com um voto contra.-----



Ponto três ponto cinco – **Apreciação e votação T.M.D.P. (Taxa Municipal de Direitos de Passagem)**.---
A Vice-presidente Maria Margarida David Lopes Guedes apresentou a proposta sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem explicando os pressupostos da mesma.-----

O Deputado Luis David interveio afirmando que considera esta uma ótima medida de modo a cobrar às empresas de telecomunicações o uso que fazem do espaço.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Graça acha muito positiva esta medida e afirma que todas as verbas são bem-vindas além de considerar esta taxa justa.-----

Não havendo questões a colocar o Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto três ponto seis - **Apreciação e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2019 e Mapa de Pessoal para 2019**.-----

A Vice-presidente apresentou aos presentes o consultor financeiro constituído na Câmara Municipal de Pedrógão Grande, Dr. Pedro Patrício para responder sobre quaisquer dúvidas de caráter orçamental. Continuou dizendo que não é o orçamento que gostaria, mas é o que foi possível realizar nas atuais circunstâncias. Para se cumprirem as empreitadas que foram comprometidas com os fundos comunitários e nacionais, é necessária uma gestão comedida e eficaz do orçamento. Naturalmente, havia outras obras planeadas que gostariam de inserir no orçamento mas terão de aguardar mais algum tempo, pretendendo-se neste orçamento concluir a ALE e as obras que, resultantes dos incêndios, estabilizem futuras intervenções e sirvam de prevenção a eventuais desastres como o que aconteceu anteriormente, alavancar a área do Turismo e empreendedorismo e assim, fomentar o emprego e um desenvolvimento mais integrado do concelho.-----

O Deputado Luis Fernandes pediu a palavra e dirigiu-se à Vice-presidente dizendo que o que ali vê é um orçamento no valor de 15 milhões. Mencionou o setor do turismo e do empreendedorismo e apela ao fomento dos mesmos, como referiu a Vice-presidente embora lhe pareça que 74 mil euros para essa área, na sua opinião não chegam para governar devidamente essa valência, no concelho de Pedrógão Grande, é necessário mais investimento. Pediu que fique registado em Ata que não se cometa o mesmo erro do ano anterior quando não foram executados os montantes. Não se pode perder investimento há que garantir o grau de execução do mesmo não se investindo no turismo, não há retorno.-----

O Deputado Rui Capitão apresentou os seus cumprimentos pela elaboração do orçamento em debate. Referiu que se verifica uma tendência de desequilíbrio entre a despesa corrente e a receita corrente.



Refere a necessidade de um controlo efetivo sobre a despesa corrente. O investimento previsto no turismo diz que é enganador pois há valores que se refletem noutras rúbricas como é o caso da Festas de Verão. 74 mil euros é um valor que não reflete os investimentos nas infraestruturas que considera deficientes no concelho. Questiona sobre qual é o projeto atribuído ao Antigo Edifício do Hospital.-----

A Deputada Nélia Alves parabenizou o esforço desenvolvido pelos técnicos na elaboração do referido documento. Apresentou genericamente as suas questões e como referiu o seu colega Rui Capitão alerta para a falta de equilíbrio entre as receitas correntes e despesas correntes.-----

Lançou um desafio pois não vê projetos concretos além da ALE (Área de Localização Empresarial) e da Loja do Cidadão que são importantes, mas estão aquém de projetos inovadores e não se aproximam do eixo de empreendedorismo necessário ao concelho de Pedrógão Grande. São precisos projetos que marquem a diferença pela positiva. Apresentou uma ideia que pretende que fique registada , no âmbito do turismo que intitulou: “Venha conhecer Pedrógão Grande num dia 2 ou 3”. Há que promover Pedrógão Grande e a potencial visita das pessoas, apresentando-lhes as sugestões e ou programas de modo apelativo. Não há política, há ideias, há pessoas. Afirmou que o PSD está inteiramente disponível para colaborar ativamente no desenvolvimento do concelho, para um Pedrógão melhor.-----

O Presidente da Freguesia da Graça felicitou a equipa pelo trabalho desenvolvido e referiu-se à notícia da Região de Turismo do Centro de que o turismo do interior tem um potencial e um futuro promissor e considera que Pedrógão Grande tem esse potencial e que há que fomentar mais projetos que devem, portanto, ser potenciados para o desenvolvimento.-----

A Vice-presidente respondeu que os 74.000 mil euros (setenta e quatro mil euros) estão na despesa corrente e referem-se àquilo que é gasto na divulgação dos eventos. Esclareceu que o investimento em infraestruturas turísticas, intervenções na limpeza das ribeiras, na requalificação da Vila de Pedrógão Grande, na requalificação da Ex ETA para o Clube Náutico, entre outros projetos onde diferentes entidades, como o Turismo do Centro e ainda projetos culturais que também promovem o turismo entram, enquanto preocupação do potencial turístico do concelho. O orçamento foi e está a ser executado ao ritmo, nem sempre o mais célere, mas ao possível face aos constrangimentos de contratação pública e outros.-----

O FAM (Fundo de Apoio Municipal) não está previsto porque não se tem conhecimento se vai ser autorizado. Informa que o projeto do Antigo Hospital está alocado à Proteção Civil porque há a possibilidade de um futuro financiamento.-----



O Dr. Pedro Patrício refere que na elaboração do documento há projetos que não foram requalificados nos mesmos moldes e há outros que se mantiveram. A despesa corrente não subiu significativamente como referido, embora sejam necessários ajustamentos.-----

Não havendo questões a colocar o Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com oito abstenções.-----

Ponto três ponto sete - **Proposta e votação de Regulamento Municipal do Mecanismo de Apoio à Reconstrução das Habitações Não Permanentes Afetadas pelos Incêndios de 2017.**-----

A Vice-Presidente iniciou a apresentação desta proposta esclarecendo que, apesar dos prazos serem curtos, iniciaram a elaboração do presente regulamento para a reconstrução das habitações não permanentes afetadas pelos incêndios 2017, dado que o Governo criou apoios para este tipo de construção/reconstrução. Após averiguação das premissas necessárias para Pedrógão Grande se poder candidatar, elaborou-se o regulamento com base num “regulamento tipo”, criado pela CCDRC e, conforme a legislação sobre a matéria, foi o mesmo adaptado à nossa realidade. É, portanto, um regulamento que contempla quem tenha sofrido danos em habitação não permanente e que esteja interessado em usufruir deste apoio financeiro. Em seguida procedeu ao respetivo esclarecimento sobre os termos do presente regulamento, acrescentando que sendo o prazo bastante curto torna-se necessário aprovar este regulamento até final do corrente ano e ter o processo concluído em abril de 2019.-----

O Deputado Luis Fernandes referiu-se ao presente regulamento e na oportunidade das pessoas que ainda não foram auxiliadas e que perderam a sua segunda habitação de reconstruírem as suas casas. Trata-se de pessoas com laços familiares a este concelho e fica satisfeito por esta situação. Agradeceu a exposição feita pela Vice-presidente, mas preocupa-o, no entanto, esta oportunidade poder estar já caducada, referindo-se objetivamente às respetivas portarias que regulam este assunto. Tem conhecimento da portaria de 30 de setembro de 2018 e depois da prorrogação de 30 de novembro de 2018, mas desconhece qualquer outra prorrogação. Caso não se comprove a prorrogação do prazo o mesmo poderá já estar caducado. Considera que é um problema muito grande que se levanta com esta dúvida. Comparou este regulamento com outro de concelho vizinho com o que lhe foi enviado pela Câmara Municipal que não contempla os anexos referidos no mesmo, pois não os recebeu. Fez questão de propor algumas alterações sobretudo referentes a montantes.-----

O Deputado Rui Capitão interveio dirigindo-se aos presentes referindo que acha lamentável que o



Estado tenha demorado mais de meio ano a produzir apoios deste género às populações. Apresentou as suas dúvidas sobre o prazo apresentado, pois desconhece mais alguma alteração que tenha levado à prorrogação do referido prazo após o dia, 30 de novembro de 2018. Os restantes concelhos já têm publicados em Diário da República os seus regulamentos e a Vice-presidente referiu-se a abril de 2019 e, as dúvidas mantêm-se, questionando se executivo estará em condições de assegurar a sua operacionalidade. Questionou também o número de habitações não permanentes a intervencionar e qual a estimativa e eventual montante a concorrer a título de empréstimo.-----

A Vice-presidente respondendo às questões colocadas refere que o FAM garantiu que desde que o presente Regulamento seja aprovado no ano civil de 2018 constará no Orçamento de Estado de 2019. A antecipação da data da Assembleia foi precisamente no sentido de conseguir este objetivo. O Dr. Patrício confirmou a informação, e com base nessa confirmação iniciaram-se os procedimentos. Efetivamente, os anexos não foram enviados porque não foi possível a sua conclusão técnica, em tempo útil, pelo que estão a ser disponibilizados na presente sessão aos senhores deputados. É um levantamento do qual constam oitenta e oito habitações que podem ou não ser objeto de candidatura, pois depende da iniciativa dos proprietários. Quanto aos montantes ainda não se possuem informação correta para tal, mas presume-se não ir além dos quatrocentos mil euros.-----

Reafirma que se este Regulamento não for aprovado nesta Assembleia Municipal a possibilidade de reconstrução fica comprometida. -----

A Deputada Nélia Alves afirmou que lamenta que o Governo tenha levado seis meses para aprovar uma portaria que pode apoiar as pessoas e ainda mais que o Município tenha deixado para último esta situação. Cerca de oitenta e oito habitações é um número considerável e julga esta informação tardia. Mais uma vez, lamentou que informação desta importância e tão positiva não tenha sido atempadamente disponibilizada.-----

O Deputado Rui Capitão interveio considerando que esta situação é “um cheque em branco” já que em tempo oportuno não há possibilidade de apurar montantes e outras hipóteses ficam assim, como que boicotadas, bem como quaisquer oportunidades de apresentar propostas e promover debates. Diz que o atual regulamento sofre de gralhas pois entende que o mesmo não se encontra devidamente adaptado às necessidades das pessoas. Questionou se o valor a ser atribuído à reconstrução dos barracões está incluído neste Regulamento, dizendo que a CCDR-C que foi a “mãe” deste projeto, não



contemplou, mais uma vez, as Juntas de Freguesia aquando da consulta e só se focou nas sugestões da Câmara Municipal.-----

O Deputado Luis Fernandes dirigiu-se ao Dr. Patrício e perguntando-lhe pelo documento do FAM ao que o mesmo respondeu que não possui o documento, mas que tem a garantia que o mesmo será aprovado. O deputado Luis Paulo continuou dizendo que assim, fazendo fé no que foi dito teremos regulamento.-

A Vice-presidente disse entender a posição do Deputado Luis Paulo, no entanto afirma que se não houvesse a certeza do que estavam dentro do prazo jamais o teriam feito, verificando-se sim que a data final de apresentação terá que ser 30 de abril e não 20 de agosto, face ao articulado no Orçamento de Estado para 2019. -----

A Deputada Nélia Alves interveio afirmando que não pretende apontar defeitos, mas na verdade se este assunto tivesse sido apresentado a tempo e não estaria instalada a dúvida. O Regulamento apresentado peca efetivamente por ser tardio e naturalmente por falta de tempo e daí as dúvidas perante a falta de informação. Faz fé no executivo, mas lamenta as deficiências iniciais.-----

O Presidente da Assembleia Municipal considera que após os esclarecimentos dados, entende ser de alterar a referida data no regulamento apresentado pelo executivo e que foi aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara, tecendo algumas considerações sobre eventuais dúvidas nesta matéria pelos vereadores da oposição e, sendo a proposta prevista no Orçamento de Estado do conhecimento geral é da opinião que este assunto não oferece dúvidas para a necessidade de alteração da data, por essa razão, somente.-----

O Vereador Raúl Garcia solicitou autorização para intervir dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal dizendo que o mesmo gosta de cortar a palavra à oposição contrariamente ao que é tradição nesta Assembleia, esclarecendo que o que foi decidido em Reunião de Câmara foi com base no grande interesse do assunto apresentado e dos prazos que se apresentavam curtos e daí a intenção de colaboração para que tudo corresse da melhor forma.-----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio e diz que em defesa da honra lamenta a acusação do vereador, em tom provocatório, não aceitando a acusação pois não corta a palavra a ninguém. Considera que todos têm direito ao uso da palavra e sim, tem o dever de gerir o tempo da Assembleia Municipal. Não aceita e não lhe reconhece autoridade democrática para as críticas que lhe fez quanto à condução da Sessão da Assembleia Municipal.-----

A Vice-presidente referiu explicado o essencial acerca do regulamento apresentado e que é certo que



o mesmo tem de ser apreciado nesta Assembleia Municipal que é o órgão deliberativo. Tem a certeza de que o executivo não será contra a alteração da proposta de alteração de data nesta sessão, pois é esta é uma questão de interesse soberano para Pedrógão Grande, pelo que será o assunto tratado na próxima Reunião de Câmara de 27 de dezembro de 2018 pois entende que alterar uma data por força do Orçamento de Estado não lhe parece configurar nenhuma ilegalidade.-----

A Deputada Nélia Alves propôs ao Presidente da Mesa um intervalo de cinco minutos que foi concedido.-----

A Vice-presidente após os trabalhos terem sido retomados colocou à Mesa a proposta de alteração ao regulamento no ponto 4 do artigo 11º, propondo que, onde se lê “20 de maio de 2019” deve ler-se “15 de abril de 2019”. Reforçou a ideia da necessidade da aprovação desta proposta nesta sessão pois, a sua não aprovação impossibilita o acesso a este incentivo e, como tal vai contra o superior interesse dos pedroguenses. -----

O Vereador Raúl García solicitou autorização à Vice-presidente para intervir e apresentou uma declaração de voto em nome dos vereadores do PSD (Partido Social Democrata) dizendo que os vereadores da oposição, numa base de trabalho construtivo e em prol dos interesses dos Pedroguenses e de Pedrógão Grande confiaram na palavra da Vice-presidente na reunião e colocaram as objeções que consideraram corretas, numa intenção de colaboração e, embora lhe oferecessem dúvidas legais sobre a presente proposta, numa base de colaboração deram a sua anuência à proposta que acabou de ser apresentada pela Vice-presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal entende ser esta uma proposta do executivo e que no seu entendimento julga que a Assembleia Municipal tem o direito de fazer as alterações que entender necessárias devendo haver pois, uma reunião formal do executivo para que este aceite as alterações da Assembleia Municipal, não se considerando que a Assembleia Municipal alguma vez esteja limitada nas suas decisões. Propõe, portanto a votação na generalidade e de seguida votar a proposta de alteração, discuti-la e aprová-la.-----

Após ouvir o executivo e tendo em conta que é uma alteração de data é isso que vai ser votado. A Vice-presidente explicou o essencial acerca do regulamento e é certo que o mesmo tem de ser aprovado em Assembleia Municipal que é o órgão deliberativo.-----

A Vice-Presidente pediu cinco minutos ao Presidente da Assembleia ao que o mesmo anuiu e ambos se ausentaram temporariamente da sala.-----



O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra dizendo que tendo em conta que esta é uma proposta do executivo, vai votar-se a alteração proposta. Neste momento e sem prejuízo da proposta apresentada pelo Deputado Luis Paulo a mesma só poderá ser apreciada noutra Sessão da Assembleia Municipal uma vez que a presente proposta é apresentada pelo executivo. -----

A votação que se vai fazer agora corresponde à alteração da data ao ponto 4 do artigo 11º, do referido regulamento, proposta pela vereação, que altera a data de 20 de maio de 2019 para 15 de abril de 2019. Sublinha que esta é apresentada num quadro de colaboração. Todo o restante conteúdo se mantém inalterado.-----

Não havendo mais questões a colocar o Presidente da Assembleia Municipal colocou as alterações propostas ao documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com oito abstenções.---

O Deputado Rui Capitão disse não ter havido nem tempo nem possibilidade de analisar o regulamento em causa devido à falta dos anexos referidos e identificados no regulamento. Atendendo à urgência para a aprovação do empréstimo há que aferir qual o impacto financeiro dos apoios na esfera do município, atendendo ao número de segundas habitações e ao montante máximo de apoio previsto no regulamento. Entendem assim, os abstencionistas que não podem em sã consciência passar um “cheque em branco” de montante indeterminado a suportar pela autarquia. Como também não conseguem efetivamente discutir os montantes financiados.-----

O Deputado Luis Fernandes refere que como independente, justifica a sua declaração de voto com a abstenção porque o executivo não cumpriu com os prazos das portarias para o efeito, embora tivesse para o efeito disposto de seis meses e deixou caducar os respetivos prazos. Os documentos rececionados para a análise deste regulamento não continham as partes mais importantes, ou seja, os respetivos anexos. Aí se discriminava o número de casas a intervencionar e os montantes. Informa o executivo que está disponível para apresentar propostas de retificação objetivamente ao montante dos empréstimos. De igual modo todas as obras e taxas devem ser isentos de IVA. De realçar de maior importância que se alertem os candidatos para que no seu interesse não apresentem os seus orçamentos em faturas fracionadas pois serão taxados em 23% e se apresentarem uma só fatura da empreitada serão taxados unicamente em 6%. O Deputado está disponível para participar em algum esclarecimento.-----

Ponto três ponto oito - **Proposta de deliberação da criação de um Sistema Intermunicipal de Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Urbanos.-**

A Vice-presidente Maria Margarida David Lopes Guedes apresentou a proposta aos presentes.-----



O Presidente da Junta de Freguesia da Graça refere que tem dúvidas sobre esta matéria e que de acordo com o que leu crê que estão em falta, os anexos referidos no documento posto a votação.-----

O Deputado Rui Capitão também interveio relançando que tem dúvidas sobre a matéria e que de acordo com o que analisou não consegue encontrar os documentos referidos como, em anexo.-----

Após alguns deputados terem afirmado que o documento não foi enviado por completo, o referido ponto foi retirado da ordem de trabalhos e será presente numa próxima sessão, embora os serviços da autarquia tivessem afirmado terem enviado todos os anexos.-----

Ponto quatro - **Período Destinado à Intervenção do Público.** -----

O Sr. Luis Cunha da Vila de Pedrógão Grande iniciou a sua intervenção felicitando o executivo pelo convite endereçado ao Professor Doutor Amadeu Carvalho Homem por ocasião das comemorações do 1º de dezembro, mas confessa que ficou triste com a fraca adesão do público em geral e com a ausência dos representantes da Assembleia Municipal e outros, em particular. Pediu contenção nas declarações à comunicação social por parte dos pedroguenses, afirmando que este concelho deve ser o promotor da nossa união e não o contrário. A nossa população é cada vez mais reduzida e devemos fomentar a união.-----

O Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se aos presentes agradecendo a todos a sua presença e lamentando a ausência do Presidente da Câmara Municipal por motivos de saúde fazendo votos das suas rápidas melhoras e do seu regresso. Agradeceu a boa continuidade dos trabalhos, afim de também poderem estar presentes no Jantar de Natal. O trabalho para o desenvolvimento dos trabalhos da Assembleia Municipal nem sempre é bem compreendido e durante a condução dos mesmos refere, não provoca ninguém. Os desafios são enormes na reconstrução do concelho, correndo-se o risco de ter as casas reconstruídas e de não ter habitantes. A desertificação é crescente e é necessário combatê-la revertendo esta situação fomentando o desenvolvimento. Quando aceitou o presente cargo confessou que julgou ser mais fácil reverter esta situação, mas concluiu que não. Continuou afirmando que as divergências quando se manifestam são saudáveis. Tem de existir a ousadia e a irreverência de criticar, mas sobretudo deve acontecer a união no que é efetivamente essencial. Há que combater as divisões e evitar os conflitos estéreis.-----

A Deputada Nélia Alves pediu para intervir dirigindo-se à Mesa, a todos os deputados, aos vereadores e ao público em geral desejando umas excelentes Festas de Natal junto da família e fazendo votos de



que o próximo ano novo de 2019 traga mais paz e que a colaboração e a democracia sejam uma constante.-----

A Vice-presidente tomou a palavra e dirigindo-se a todos endereçou votos de Boas Festas e um Bom Ano Novo.-----

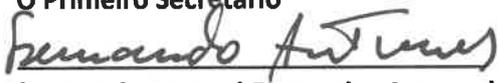
O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a todos o caminho trilhado enquanto Presidente da Assembleia Municipal e desejou a todos um Santo e Feliz Natal e um Bom Ano Novo.-----

Aprovada a ata em minuta, e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião de assembleia, pelas vinte horas e trinta minutos que depois de lida será assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal


(António Tomás Correia)

O Primeiro Secretário


(Fernando Manuel Fernandes Antunes)

Segundo Secretário


(Joaquim Augusto Torres Simões Palheira)

